

	Valores (Euros)
14.2 — Creditação — parte escolar completa (b)	125
14.3 — Certificação de Competências — Língua Inglesa	100
15 — Candidaturas:	
15.1 — Candidatura à licenciatura para titulares de diplomas de especialização tecnológica (CET), cursos médios e cursos superiores.	100
15.2 — Reingressos, mudanças de curso e transferências:	
15.2.1 — Reingresso	50
15.2.2 — Mudança de Curso e Transferência	140
15.3 — Candidaturas a cursos de Licenciatura por titulares de provas para Maiores de 23.	100
15.4 — Candidaturas a Mestrado.	100
15.5 — Candidaturas a Doutorado.	100
15.6 — Candidatura a Pós-Graduações	100
15.7 — Candidatura a Cursos de Formação Especializada	100
15.8 — Candidatura para Estudantes Internacionais	100
16 — Inscrição/Matrícula:	
16.1 — Matrícula (c):	
16.1.1 — Em curso de Licenciatura	50
16.1.2 — Em curso de Mestrado	50
16.1.3 — Em curso de Doutorado	50
16.2 — Inscrição:	
16.2.1 — Em curso de Licenciatura	25
16.2.2 — Em curso de Mestrado	25
16.2.3 — Em curso de Doutorado	25
16.2.4 — Em unidade extracurricular — alunos do ISCSP	80
16.2.5 — Em unidade extracurricular — externos	200
17 — Unidades Curriculares isoladas:	
17.1 — Candidatura.	50
17.2 — Frequência de Unidades Curriculares isoladas:	
17.2.1 — 1.º ciclo.	35/ECTS
17.2.2 — 2.º ciclo.	45/ECTS
17.2.3 — 3.º ciclo.	60/ECTS
17.2.4 — Cursos não referentes de grau	300/uc
18 — Outros emolumentos:	
18.1 — Alteração de unidade curricular opcional	25
18.2 — Inscrição fora de prazo	4€ por dia útil até ao limite de 120€
18.3 — Reinscrição em Mestrado/Doutorado	200
18.4 — Valor por unidade curricular para reinscrições em cursos de Mestrado.	200
18.5 — Valor por unidade curricular para reinscrições em cursos de Doutorado.	250
18.5 — Taxa de reclamação Maiores de 23	75
18.6 — Taxa de realização de Exames de cursos não referentes de grau em época especial.	100
18.7 — Taxa de Revisão de Prova	25
18.8 — Validação de Processos de candidatura de Maiores de 23 realizados em outras Instituições de Ensino Superior.	60
19 — Sanção pelo não cumprimento do pagamento dos emolumentos no tempo devido:	
19.1 — Suspensão da prática do ato até à regularização integral dos débitos, acrescidos dos respetivos juros moratórios calculados sobre o valor dos emolumentos em dívida, multiplicado pelo tempo entretanto decorrido desde o termo do prazo previsto para o seu pagamento, à taxa de juro anual fixada por lei, aplicável pelo regime de juros previsto no artigo 559.º, n.º 1, do Código Civil e Portarias nele previstas.	
19.2 — Taxa de urgência — os atos requeridos no n.º 1 poderão ser executados, em princípio, no prazo máximo de dois dias, mediante o pagamento de uma taxa de valor igual ao do ato requerido.	

(a) Quando no processo de equivalência/creditação não for especificado o número de unidades curriculares deverá ser cobrado o valor máximo.

(b) Os alunos que solicitem a Creditação da parte escolar completa de qualquer curso continuam sujeitos ao pagamento integral da propina respetiva.

(c) A matrícula é o ato pelo qual é concretizado o acesso à Universidade e compreende a inscrição nesse ano letivo, sendo válida enquanto o aluno frequentar ininterruptamente o curso.

UNIVERSIDADE DA MADEIRA

Declaração de retificação n.º 728/2015

Por ter saído com inexatidão o Regulamento n.º 417/2014, sobre a avaliação dos Docentes da Universidade da Madeira em Período Experimental, publicado na 2.ª série, do *Diário da República* n.º 181, de 19 de setembro de 2014, retifica-se o mesmo. Assim, no artigo 9.º n.º 9, onde se lê «O Conselho Científico/Técnico-Científico, restrito aos professores que não estejam em período experimental e que sejam de categoria igual ou superior à do avaliado, deliberará, através de votação nominal fundamentada dos seus membros, sobre a manutenção do contrato do docente, por tempo indeterminado, ou sobre a proposta de cessação do mesmo, tendo em conta, nomeadamente, a classificação obtida e as eventuais alegações do docente, efetuadas ao abrigo do n.º 6 deste artigo» deve ler-se «O Conselho Científico/Técnico-Científico, restrito aos professores que não estejam em período experimental e que sejam de categoria igual ou superior à do avaliado, deliberará, através de votação nominal fundamentada dos seus membros, sobre a manutenção do contrato do docente, por tempo indeterminado, ou sobre a proposta de cessação do mesmo, tendo em conta, nomeadamente, a classificação obtida e as eventuais alegações do docente, efetuadas ao abrigo do n.º 7 deste artigo».

18 de agosto de 2015. — O Reitor, *Prof. Doutor José Carmo*.

208881613

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Aviso n.º 9613/2015

1 — Nos termos do disposto nos artigos 30.º e seguintes e 56.º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), conjugado com a Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, nos seus artigos 4.º e 19.º e no artigo 125.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, torna-se público que, por despacho de 29 de janeiro de 2014, do Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Bragança se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum de recrutamento para constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, nos termos da alínea h) do n.º 1 artigo 57.º da LTFP, com a duração necessária prevista no n.º 2 do artigo 60.º da LTFP, destinado ao preenchimento temporário de um posto de trabalho da carreira de assistente operacional do mapa de pessoal do Instituto Politécnico de Bragança, para preenchimento de uma (1) vaga, resultado da aposentação, torna-se urgente a abertura de concurso para o preenchimento do referido posto de trabalho.

2 — Legislação aplicável: o presente procedimento concursal obedece ao disposto nos seguintes diplomas legais — Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), conjugado com os artigos 4.º e n.º 6 do artigo 9.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro e Código do Procedimento Administrativo.

3 — O presente procedimento deu cumprimento ao artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro e artigo 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, tendo a entidade gestora do sistema de requalificação (INA) informando não haver assistentes operacionais em situação de requalificação para recolocação com o perfil pretendido para preenchimento do posto de trabalho em causa.

4 — O presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) no 1.º dia útil seguinte à presente publicação no *Diário da República* e, por extrato, na página eletrónica do Instituto Politécnico de Bragança, no prazo máximo de três dias úteis contados da mesma data e no jornal público.

5 — Identificação do posto de trabalho: carreira e categoria de Assistente Operacional a afetar ao mapa de pessoal do Instituto Politécnico de Bragança.

6 — Número de posto de trabalho: 1

7 — Nível habilitacional: Escolaridade obrigatória face à idade, nos termos da Lei de Bases do Sistema Educativo Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, com as alterações das Lei n.º 115/97, de 10/09, Lei n.º 49/05 de 30/08 e da Lei n.º 85/09 de 27/08.

8 — Local de trabalho — Instituto Politécnico de Bragança — Serviços Gerais do Instituto Politécnico de Bragança, Campus de Santa Apolónia, 5300-253 Bragança.